

JORNALISMO E REPRESENTAÇÃO DA MULHER: UM ESTUDO SOBRE A EDITORIA DE SEGURANÇA DO JORNAL ZERO HORA¹

Julia Fontana Nascimento²

Vera Lucia Spacil Raddatz³

INTRODUÇÃO

Este texto visa a compreender a relação entre a representação da mulher como vítima nas páginas da Editoria de Segurança, publicadas pelo Jornal Zero Hora, e os direitos humanos. O jornal produzido em Porto Alegre possui abrangência estadual, e o período escolhido para estudo é de agosto a dezembro de 2018. Este resumo expandido é um recorte do Projeto de Pesquisa Mídia e Sociedade: o direito à informação, com o Subprojeto Direitos Humanos e a representação da mulher na mídia. Ao longo do projeto é realizada a coleta de material de outras mídias como o rádio, a televisão e a internet. A escolha de mídias com diferentes áreas de abrangência permite que a temática seja observada em âmbito local, regional e global. Este resumo expandido traz apenas o jornalismo impresso, devido ao espaço limitado.

O jornalismo em geral é uma construção da realidade, não é o espelho da mesma. Ele é a representação através dos “óculos” dos jornalistas que Traquina (2005, p. 28) fala, sendo eles uma espécie de filtro a respeito do que será levado à público. Sendo uma construção do real para informar a sociedade, tem sua importância social desde o seu nascimento no século VI, quando os primeiros jornais impressos surgiram para agregar na vida dos receptores. “Tais publicações abriam o horizonte de seus leitores, pelo menos ao tornar as pessoas conscientes daquilo que elas não sabiam” (BRIGGS E BURKE, 2006, p. 77). É assim até hoje, pois traz luz a diversos acontecimentos nas diferentes áreas da vida, a fim de informar e contribuir para a formação da opinião dos leitores. Gentili (2005) resume esta concepção dizendo que “[...] o papel do Jornalismo no mundo contemporâneo é fornecer subsídios para decisões, mas não decisões apenas econômicas, mas, sobretudo, civis” (p. 12).

O jornal impresso faz parte do dia a dia da sociedade brasileira, mas principalmente no Rio Grande do Sul. Segundo levantamento publicado pelo Mídia Dados Brasil (2018) o dia em que os leitores de Porto Alegre mais leem jornal é na quarta-feira, coincidentemente o dia da semana escolhido para análise do projeto. Assim é possível entender o valor que os leitores dão

¹ Resumo Expandido resultado do Projeto Mídia e Sociedade: o direito à informação (PPGD/UNIJUI).

² Acadêmica de Jornalismo da Unijuí; Bolsista CNPq do Projeto Mídia e Sociedade: o direito à informação (PPGD/UNIJUI); e-mail: julia.fontanan@hotmail.com

³ Professora Orientadora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda e do Mestrado em Direitos Humanos da Unijuí. verar@unijui.edu.br

para o jornal e para a seriedade que esta mídia possui. O impresso tem maior credibilidade perante a sociedade por todo o seu contexto histórico que Briggs e Burke (2006) elucidam bem. Pretende-se olhar para o jornalismo e também para a representação da mulher na mídia no âmbito da segurança a partir da perspectiva dos direitos humanos. Afinal entende-se o jornalismo como um meio em que os direitos são cumpridos, assim como Gentilli (2005) afirma:

O direito à informação funcionaria - esta é uma das hipóteses da dissertação -, como um direito que abre portas para os demais direitos, o Jornalismo sendo, portanto, um campo mediador de todos os campos numa 'sociedade dos cidadãos', definida por Bobbio. (GENTILLI, 2005, p. 13).

O objetivo deste resumo expandido é entender o que a representação da mulher como vítima das situações nas páginas da Editoria de Segurança significa. Como isto se reflete na sociedade e porquê a temática tem ganhado cada vez mais visibilidade na mídia. Na sequência deste texto trazemos três casos específicos sobre esta representação, a fim de entender e debater qual é o papel da mulher em cada um deles.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa vinculada ao projeto foi dividida em quatro etapas. Primeiro, a seleção semanal de todas as matérias das edições de quarta-feira, da Editoria de Segurança no Jornal Zero Hora. Em um segundo momento foi feita a separação e organização do material em arquivo por ordem sequencial de publicação em pastas mensais do período de agosto a dezembro. A terceira etapa classificou o conteúdo do material, de acordo com as seguintes subdivisões: notícias, reportagens e imagens, cujo conteúdo fazia alguma referência a mulheres. Na última etapa ocorreu a análise do conteúdo do material selecionado que compreende os seguintes aspectos: destacar a manchete ou título do material; descrever a situação ou condição em que a mulher está envolvida; destacar os substantivos, adjetivos e advérbios de caracterização da mulher; citar qual é a ideia central do texto sobre a representação da mulher; e por fim, observar qual é a representação da mulher no texto, estabelecendo uma relação com os direitos humanos. Esta etapa ainda não foi finalizada, por isso este resumo expandido aborda as primeiras conclusões retiradas deste processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP, 2018) divulgou tabelas com a contabilização de diversas ocorrências de violência contra mulheres. Em um recorte dos cinco

meses (de agosto a dezembro de 2018) utilizados para análise das notícias, foram registrados números alarmantes sobre a quantidades de vítimas em todo o estado. Em comparação com o mesmo período no ano de 2017, constata-se uma redução em quatro das cinco divisões.

Período	Ameaça	Lesão corporal	Estupro	Feminicídio consumado	Feminicídio tentado
2017/ago	3.184	1.754	151	8	34
2017/set	3.112	1.896	175	14	35
2017/out	3.104	1.938	149	3	27
2017/nov	3.069	1.973	137	7	21
2017/dez	3.233	2.413	143	6	28

Fonte: Observatório Estadual de Segurança Pública / SSP-RS

Somando os meses de agosto a dezembro de 2017, ameaças contabilizaram 15.702, 9.974 lesões corporais, 755 estupros, 38 casos de feminicídio consumado e 145 casos de feminicídio tentado. Já no ano de 2018 os números são diferentes, como mostra a tabela abaixo:

Período	Ameaça	Lesão corporal	Estupro	Feminicídio consumado	Feminicídio tentado
ago-18	3.047	1.450	151	10	22
set-18	2.944	1.749	135	12	26
out-18	3.285	1.882	112	8	26
nov-18	3.188	1.936	99	8	32
dez-18	3.110	2.222	117	16	22

Fonte: Observatório Estadual de Segurança Pública / SSP-RS

Ao todo tiveram 15.574 registros de ameaça, 15.574 lesões corporais, 614 estupros, 54 feminicídios consumados e 128 casos de feminicídio tentado. Em comparação com o mesmo período no ano de 2017, houve uma redução nos casos de ameaças, lesões corporais, estupros e feminicídios tentados. No entanto, os casos de feminicídio consumado subiram: 16 a mais em 2018. Os números são refletidos nas representações de mulheres como vítimas na mídia gaúcha.

Em cinco meses de pesquisa foram analisadas 39 matérias com diversas representações das mulheres no âmbito da segurança, ao longo de 22 edições. Para este resumo expandido foi feito um recorte de três casos em que a mulher aparece como vítima da situação na relação homem e mulher. As notícias escolhidas são dos dias 7 e 14 de novembro e 8 de agosto de 2018.

Primeiro caso - Manchete: “Segundo suspeito de assassinar cabeleireira é preso no Litoral”. A notícia saiu na edição do dia 7 de novembro, na página 21 do jornal. Navia Regina Christian, 46 anos, foi morta com três tiros, dentro do seu salão de beleza em Tramandaí. Jorlei Fagundes

Rocheffort, 30 anos, e Dirnei Ferreira Rodrigues, 33 anos, foram detidos como suspeitos de envolvimento no assassinato.

Segundo caso - Manchete: “Idosa de 91 anos é torturada e assassinada”. Esta notícia foi publicada no dia 14 de novembro de 2018, na página 23, Editoria de Segurança. Maria Pasqua Pra Dall Pizzol, 91 anos, foi torturada na casa em que morava, na Rua Sepé Tiaraju em Canoas. A filha da idosa, Silvana Dall Pizzol, encontrou-a no chão da casa, de bruços, com as mãos amarradas para trás, e com sangue ao redor da cabeça. Os objetos do local estavam revirados e a porta e uma janela estavam abertas. A delegada Katia Rheinheimer que está cuidando do caso tem como hipótese principal o latrocínio, roubo seguido de morte, pois o criminoso fugiu com R\$300,00.

Terceiro caso - Manchete: “Quatro em cada 10 vítimas de feminicídio pediram proteção”. A notícia é do dia 8 de agosto e foi publicada na página 17 do Jornal Zero Hora. A matéria diz que “desde 2015, 40% das vítimas de feminicídio no Rio Grande do Sul solicitaram medida protetiva com base na Lei Maria da Penha”. De 2015 a 2018, 254 mulheres foram mortas com motivação de gênero. Deste número, 106 pediram proteção, mas nem todas tiveram o caso aceito pela Justiça.

Ainda que este recorte aborde apenas três notícias em que as mulheres estão na posição de vítima, subjugadas à força do homem, existem inúmeras outras. “Onda de denúncias preocupa a polícia”; “Perícia colhe vestígios em casa e no carro de suspeito”; “Marido é denunciado por matar advogada no Paraná”; “Jovem assassinada foi espancada e asfixiada”; “Gaúchas relatam terem sofrido abusos”; “Uso de gasolina para fazer fogo fere quatro”; “Polícia faz cerco ao golpe do book fotográfico no centro da Capital”; “Ataque a tiros deixa dois mortos e três feridos”; “Tapas choques e tortura em curso são investigados”. Essas são as manchetes das notícias arquivadas durante o período de agosto a dezembro em que é possível perceber a mulher representada como vítima. A presença de tantas representações de mulheres desta forma na Editoria de Segurança demonstra a fragilidade da exposição da mulher em que o resultado geralmente é a morte por feminicídio.

Collin (2014) diz que o modo como as representações da mulher foram construídas ao longo do tempo na sociedade “estabeleceram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos” (p. 24). Essa concepção foi repetida tantas vezes que se introduziu no imaginário da sociedade e produziu relações de domínio e apropriação do masculino sobre o feminino. A consequência foi a redução do conceito de mulher a relações de poder e hierarquia, o que se compreende hoje como a possível origem de tantos casos de violência contra a mulher. A comprovação de que essa relação produziu um inconsciente de que os homens podem se sobrepor às mulheres

utilizando, na maioria dos casos, a força são as várias notícias diárias sobre casos de feminicídio.

CONCLUSÕES

Considerando os resultados da pesquisa realizada, acredita-se que a representação das mulheres como vítimas embasa-se no aumento real de ocorrências de feminicídio no estado do Rio Grande do Sul. O jornalismo contribui para a sociedade trazendo à tona o que acontece com milhares de mulheres todos os dias: as violências vividas, geralmente ocasionadas por homens. Quanto mais visibilidade o tema tiver na mídia, maior será a consciência de que mulheres estão morrendo simplesmente por serem mulheres, assim como mostra o relatório da Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP, 2018).

PALAVRAS-CHAVE: Mídia; direitos humanos; representação; feminicídio.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História Social da Mídia:** de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais:** a construção histórica do corpo feminino. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

GENTILLI, Victor. **Democracia de Massas:** jornalismo e cidadania. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

MÍDIA DADOS BRASIL. São Paulo: Grupo de Mídia São Paulo, 2018.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contr-a-mulher>. Acesso em 17 abril de 2019.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.